



A galinha dos ovos colonizados: Produção e consumo de alimentos derivados de frango em Moçambique (c. 1960-2020)

Caio Fabiano Lopes do Valle Souza¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar o incentivo estatal à produção de frango em larga escala verificado em Moçambique entre os estertores do período colonial e as décadas subsequentes à sua independência. A hipótese é a de que há uma tentativa de acompanhamento de uma tendência mundial de consumo impulsionada por uma transição alimentar emanada de países do Atlântico Norte a partir de meados do século XX. Tal movimento não dispensa efeitos colaterais deletérios: aumento significativo do sofrimento de animais não humanos, concentração de capitais controlados por poucos agentes econômicos privados, depreciação de hábitos alimentares não hegemônicos e multiplicação dos riscos de doenças infectocontagiosas.

Palavras-chave: Moçambique; independência; história dos animais; história da alimentação.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa contemplada com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Introdução

Outubro de 2023. Moçambique, de população majoritariamente agrária,² tornava-se um dos poucos países da África Austral a registrar um surto de gripe aviária em sua avicultura industrial.³ Segundo os meios de imprensa, na ocasião mais de 45 mil aves foram sumariamente mortas, queimadas e enterradas a fim de “evitar a propagação” da doença viral a partir de uma empresa privada no distrito de Morrumbene, na província meridional de Inhambane.⁴ A quantidade de animais abatidos, embora demonstrativa de uma robusta escala de produção de carne e outros derivados do frango, ainda ficou bastante aquém dos dois milhões sacrificados após contágios, em maio daquele ano, na vizinha África do Sul – aliás, o local de importação das galinhas poedeiras de ovos destruídas em solo moçambicano. Numa economia em que os produtos de origem galinácea têm crescido em importância devido a escolhas e incentivos estatais nas últimas décadas, o desfalque interrompeu a produção de 44 mil ovos diários, com um prejuízo superior a 13 milhões de meticais ao mês (ou R\$ 1 milhão).⁵ O resultado para quem podia comprar: escassez de ovos e carne de frango, além de um aumento dos preços desses produtos nas cidades, entre as quais a capital Maputo.

A situação ilustrada no parágrafo acima espelha uma crescente e complexa realidade em montagem desde o último quartel do século XX no país índico, com o aumento da relevância dada aos produtos extraídos de algumas aves para consumo

² “Moçambique é um País fundamentalmente agrícola, com mais de 70% da sua população vivendo no meio rural e ocupando-se da agricultura.” Cf. MOÇAMBIQUE. *Anuário de estatísticas agrárias*, 2012-2014. Maputo: Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, 2015, p. 8.

³ A ferramenta *online* Global Animal Disease Information System, ou sistema global de informações sobre doenças animais, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), indica que de janeiro de 2020 a abril de 2025, dos 16 países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), cinco apresentaram contaminação por gripe em aves domésticas: África do Sul, Botsuana, Lesoto, Maurício e Moçambique. Disponível em: <https://empres-i.apps.fao.org/general>. Acesso em: 01 mai. 2025.

⁴ TEMBE, José; ARADI, Gloria. Mozambique burns 45,000 hens as bird flu spreads from South Africa, BBC, Maputo e Nairóbi, 20 out. 2023 [Online]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-67166647>. Acesso em: 20 abr. 2025. Além disso, mil dúzias de ovos foram incineradas na ocasião, levando a previsões de aumento de preços.

⁵ GIMENEZ, Izabel. Gripe aviária: Moçambique abate 45 mil galinhas para conter doença, São Paulo, G1, 19 out. 2023 [Online]. Disponível em: <https://globo rural.globo.com/pecuaria/aves/noticia/2023/10/gripe-aviaria-mocambique-abate-45-mil-galinhas-para-conter-doenca.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2025.



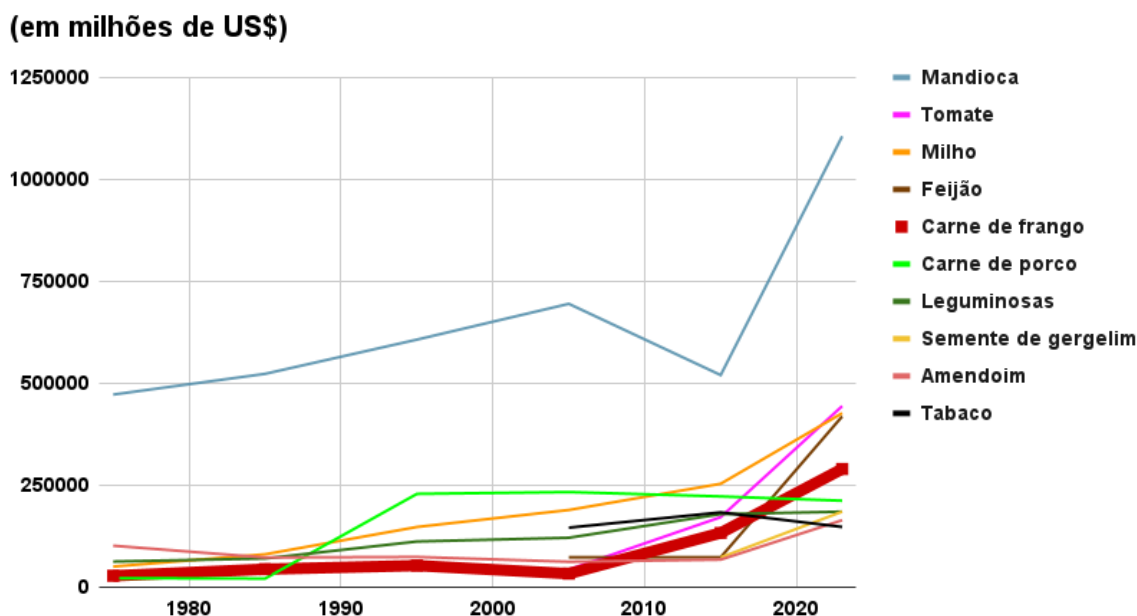
interno. Desde a independência moçambicana em relação a Portugal, em 1975, o valor bruto da produção de frango fresco ou congelado mais do que decuplicou, fazendo esta commodity saltar da 15.^a posição entre as mais rentáveis naquele ano para a sexta colocação em 2023 (ver Gráfico 1). Apesar de oscilações no período, esse salto transformou a pecuária avícola num negócio com movimentação de dinheiro maior do que a de cultivos agrícolas historicamente relevantes para diversas populações no atual território de Moçambique, entre os quais a castanha de caju, o arroz, a banana, a batata-doce e a cana de açúcar, muitos deles dependentes da cultura em pequenas propriedades e machambas.⁶ Em termos de toneladas, contudo, a produção de aves ainda gera uma quantidade anual abaixo da de outros alimentos (em 2023, 152 mil toneladas de frango, bem distante dos líderes mandioca, milho e cana de açúcar, com, respectivamente, 7,6 milhões, 2,1 milhões e 1,6 milhão de toneladas).⁷

⁶ No Sul do país, a região mais povoada, as “populações têm hábito de consumo de verduras, como por exemplo, as folhas da mandioca, abóbora e couve, preparadas normalmente com leite de coco e/ou amendoim, sendo estes pratos típicos”. Cf. NICOLAU, Quintília da Conceição. *Análise das transformações técnicas produtivas da avicultura de corte em Moçambique: do Estado estruturante ao liberalismo econômico*. 196 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Jaboticabal/SP, 2008, p. 92.

⁷ FAOSTAT, 2025 [Online]. Disponível em: http://www.fao.org/faostat/en/#rankings/commodities_by_country. Acesso em: 27 abr. 2025.



Gráfico 1: Variação histórica das dez principais commodities moçambicanas em 2023 (valor de produção bruto). Em destaque a carne de frango.



Fonte: Elaborado a partir de FAOSTAT, 2025 [On-line]. Disponível em: [http://www.fao.org/faostat/en/#rankings/commodities by country](http://www.fao.org/faostat/en/#rankings/commodities%20by%20country). Acesso em: 27 abr. 2025.

Este artigo tem como intuito contribuir para reflexões acerca da montagem da indústria avícola moçambicana dos anos 1960, período final do colonialismo português, até o início da década de 2020. A perspectiva analítica se insere num exercício de compreender as implicações sociais agudizadas pela gradativa montagem do agronegócio local, entre as quais a formatação de hábitos alimentares ocidentalizados e centrados no consumo sistemático de produtos extraídos de corpos de alguns tipos de animais, em detrimento de outros itens alimentares historicamente disponíveis. Trata-se de um processo iniciado durante o colonialismo português, mas cujas engrenagens continuarão se movimentando após a emancipação política e a despeito de grandes e dispendiosas dificuldades na formatação desse modelo pecuário. O texto busca não descurar dos Estudos Críticos Animais, tendo em vista as reificantes subordinações a que frangos e galinhas vêm se expondo há mais de meio século de hábitos de consumo alimentares oriundos de uma produtividade industrial exportada do Atlântico Norte.



Centralmente agrícola ao longo de sua existência, Moçambique contou com um sistema avícola em geral extensivo, “praticado pela maior parte das famílias que vivem nas zonas rurais, em pequenos bandos com número inferior a 50 aves por família, onde predominam as raças locais, neste caso a galinha landim (*Gallus domesticus*)”.⁸ Vivendo soltos, os animais tinham a sua alimentação à “base do que a galinha encontra em redor das casas quando esgravata a terra, e de cereais e subprodutos e desperdícios de alimentação que recebe dos seus donos”.⁹ Todavia, diante de pressões “modernizantes” catalisadas sobretudo após a independência, esse modo de convivência interespecífico foi sistematicamente criticado por não exibir um “controlo sanitário, nem um mercado formal para a venda das galinhas”, amiúde comercializadas “ao nível da comunidade”.¹⁰ A instalação de um aparato de agronegócio nas últimas décadas atende à pressão para alterar a paisagem dos gostos e hábitos alimentares, substituindo-a por certo consumismo de matriz urbana que desconfigura modelos próximos de compartilhamento de vida e morte entre seres humanos e outros animais. Nas páginas a seguir, pretendemos demonstrar que tal transição alimentar não apenas reforça a dependência de boa parte da população de um conjunto restrito de corporações capitalistas para obter carne e ovos como intensifica a violenta coisificação de milhões de seres vivos sencientes, encarados apenas enquanto mercadorias para gerar lucro.

A permanência de uma colonialidade alimentar

Junho de 1975. A longa presença colonial portuguesa às margens do Índico africano enfim chegava a termo; proclamava-se a República Popular de Moçambique, um Estado-nação socialista de recorte marxista-leninista, comandado pelos dirigentes da vitoriosa Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o movimento de luta armada anticolonial tornado o partido único do novo país. Num vasto território

⁸ BUCHILI, Adelaide Florência. *Papel da extensão rural no controlo da doença de Newcastle na galinha landim: caso de estudo do Distrito de Matutuine*. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências Agrárias). Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Maputo, 2015, p. 2.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.



multiétnico e plurilinguístico até então mantido agregado pelos aparatos de violência e coerção de uma força exógena, tinha início um projeto cujo princípio político se orientava fortemente pela centralização do poder e pela imposição de uma unidade identitária, interessado em fazer convergir as variadas “identidades locais numa única identidade moçambicana, fundada na *diferença* da sociedade colonial e congregada em torno da apropriação nacional da ‘modernidade’”.¹¹ O encerramento das tensões de uma década de guerra de guerrilha contra Portugal – que mobilizou sobretudo porções setentrionais e algumas centrais da ex-colônia – significava a cessação tanto de “uma gradual tomada de consciência identitária nos vários povos que integravam o espaço-Moçambique” frente ao *outro* colonialista quanto “os vectores centrípetos” e aglutinadores representados pela luta revolucionária.¹²

Buscando estimular o desenvolvimento econômico também como meio de unificar a população em torno de objetivos comuns – atravessando, assim, diferenças étnicas locais –, um dos focos do governo residiu no combate ao que denominava de “tribalismo”, “obscurantismo” e “regionalismo”. Tratava-se de conceitos amplos, difusos, mas que emergiam da visão militarizada, regrada e hierárquica dos ex-combatentes – agora no poder – de que certas práticas da “organização social tradicional das comunidades moçambicanas”, como a existência de autoridades locais (os chamados régulos), impediriam a superação do atraso legado pelo colonialismo. As autoridades da Frelimo privilegiavam, assim, “o discurso filosófico de uma modernidade que suplantaria aspectos legados de um passado colonial”.¹³ Logo na primeira Constituição do país, em vigor desde a independência e “influenciada pela reacção contra o colonialismo português e a implementação do modelo soviético na sociedade moçambicana”,¹⁴ o Estado preconizou “uma economia marcadamente intervencionista”, procurando “evitar a acumulação do poderio económico e garantir

¹¹ CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 323. Grifo no original.

¹² Ibid., p. 318-320.

¹³ MORAIS, Maria Perla Araújo. As autoridades tradicionais e a guerra civil moçambicana em *Ventos do Apocalipse*, de Paulina Chiziane, *Revista Mulemba*, v. 14, n. 2, jul.-dez. 2016, p.113.

¹⁴ GABRIEL, Dário Paulo Alves. Direitos Africanos - Constituição e Organização Judiciária de Moçambique, *artciencia.com*, *Revista de Arte, Ciência e Comunicação*, ano 10, n. 17, mai.-dez. 2014, p. 2.



uma melhor redistribuição da riqueza”.¹⁵ Privilegiava-se o setor agrícola como potente indutor dessa estratégia “modernizante”, até porque a esmagadora maioria da população habitava áreas rurais, além de os insumos agrários responderem pela quase totalidade da produção nacional. Não à toa, já no artigo 6.º a Constituição anunciava que o país tomava

a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador e decisivo, dirige a sua política económica no sentido da liquidação do subdesenvolvimento e da criação de condições para a elevação do nível de vida do povo trabalhador. Na prossecução deste objectivo o Estado baseia-se principalmente na força criadora do povo e nos recursos económicos do País, concedendo um apoio total à produção agrícola, promovendo o aproveitamento adequado das empresas de produção e procedendo a exploração dos recursos naturais. [...] ¹⁶

Depreende-se que as políticas adotadas para o campo teriam prioridade entre as preocupações governamentais. A criação das aldeias comunais, com deslocamentos massivos de pessoas, logo se tornaria o símbolo dos propósitos de “modernizar a área rural e fornecer um aparato estatal para essas populações, como hospitais, escolas, cooperativas, apoio profissional aos agricultores”.¹⁷ Entretanto, tais planos logo esbarrariam nos horrores da guerra civil (1977-1992), além de desastres naturais.

A população rural, já desterritorializada por esse projeto socialista, vê nas catástrofes naturais mais uma razão para o deslocamento. Trata-se das inundações de 1977/78 e as secas da década de 1980. Mais de 8 milhões de pessoas sofreram com as calamidades naturais entre as décadas de 80 e 90. Moçambique foi o país da África Austral mais afetado pelos desastres naturais nessa época. Esses fatores internos, aliados aos externos, como o afastamento de países como África do Sul, Rodésia e os Estados Unidos, bem como os do bloco soviético, agravaram a crise e descontentamento com a política adotada pela Frelimo.¹⁸

Em discurso proferido em novembro de 1980 diante de outras lideranças da África Austral, o primeiro presidente moçambicano, Samora Machel (1930-1986),

¹⁵ JEMUSSE, Constantino. *Análise da Constituição da República de Moçambique 1975-90, 1990-2004 e 2004 à actualidade*. 17 f. Licenciatura (Jornalismo). Universidade Eduardo Mondlane, Escola de Comunicação e Artes, Maputo, 2021, p. 2.

¹⁶ MOÇAMBIQUE. *Boletim da República*, 25 jun. 1975, I série, n. 1. Proclamação da Constituição da República Popular de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975, p. 1.

¹⁷ MORAIS, op. cit., p. 116.

¹⁸ Idem.



exaltou os recursos naturais daquela região do continente, embora lamentasse que toda “esta riqueza potencial torna ainda mais dramático e incoerente o estado agudo de subdesenvolvimento a que a dominação colonial votou os nossos países”.¹⁹ Para ele, na porção meridional africana “encontra-se uma das mais importantes concentrações de recursos naturais do Mundo”, fartamente irrigada por rios, o que a tornaria capaz de reunir “todas as condições para ser um dos mais importantes celeiros da África”, além de dispor de “excelentes características para a produção pecuária”.²⁰ A pecuária e o consumo de derivados de animais apareceriam em outras falas públicas contemporâneas de Machel, que estabeleceria a meta de erradicar o subdesenvolvimento moçambicano até 1990, via políticas centralizadas que incluíam as aldeias comunais. Parte dos discursos continha críticas fortes ao modelo agrícola familiar de subsistência então disseminado pelo país.

Cerca de um quinto daquilo que importamos, são [sic] bens de consumo, como a carne, o peixe e os cereais, que podemos produzir para a nossa auto-suficiência e mesmo para a exportação.

A maior percentagem dos produtos comercializados provém do *sector familiar*, e que ainda não domina as mais elementares regras técnico-agronómicas.

[...] Estes são apenas alguns aspectos que constituem a pesada herança da economia colonial.²¹

Machel tampouco poupava saliva para criticar entraves culturais à produção de bens pecuários, inclusive os que envolviam preceitos religiosos ao consumo de determinados animais, como porcos. Em um discurso de 1978, tachou de “obscurantistas” os que se opunham ao incremento do consumo de carne, leite e ovos.

A luta pelo aumento da produção acaba com a miséria. A utilização da ciência médica faz recuar a doença e a morte. [...] Mas nós sabemos que os obscurantistas frequentemente lutam contra o consumo de leite, ovos, peixe, carne, em nome de tabus e tradições. Um exemplo: os descendentes do Gungunhana não comem peixe, mas este possui o fósforo necessário ao cérebro. Outros não comem carne de porco em nome de proibições divinas, quando esta é uma carne extremamente rica. Há os que proíbem mulheres, jovens e crianças de comerem ovos, quando o ovo é um dos elementos indispensáveis à boa saúde.²²

¹⁹ MACHEL, Samora Moisés. “O desenvolvimento económico da África Austral é uma contribuição para o desenvolvimento da humanidade”. In: *A luta contra o subdesenvolvimento*. Partido Frelimo: Maputo, 1983, p. 144.

²⁰ Idem.

²¹ Ibid., p. 108. Grifo nosso.

²² Ibid., p. 45.



A fala é significativa por refletir, a contrapelo, a existência de certa resistência à pulsão “modernizante” propugnada pelo governo, posto que este buscava interferir – ainda que pelo discurso – até mesmo em hábitos alimentares da população. O estímulo ao consumo de itens de origem animal vetados no interior de relevantes grupos sociais de Moçambique, entre os quais os muçulmanos, indicava uma visão simplificadora das dinâmicas estruturantes das relações de um país complexo. Mais: temos aí uma percepção estreita de “modernização”, lastreada por paradigmas culturais e epistêmicos fundamentalmente eurocentrados, até quando se ponderava sobre os horizontes desejáveis para a alimentação. Quer dizer, a suposta racionalidade moderna e científica que, para o governo de Machel, deveria induzir todo o desenvolvimento econômico e social ecoava preceitos muito parecidos com os levantados pelas antigas autoridades coloniais portuguesas, que, em seus últimos anos, lutaram pela gênese de uma indústria pecuária exportadora em Moçambique. A alimentação do “homem novo” moçambicano deveria emular a da sociedade de massas urbana do centro do capitalismo? De onde o presidente retirou a informação nutricional de que o consumo de ovo é indispensável à “boa saúde”? Quais riquezas nutricionais exatamente dispõe a carne de porco por ele mencionada? Em que o estímulo estatal direcionado a esse tipo de produto beneficiaria uma população em boa medida já adaptada aos benefícios de alimentos mais baratos e com grande capilaridade nas machambas, entre eles a mandioca, o milho (tão relevante para a alimentação local que escolhido para ilustrar o emblema oficial do país²³), o arroz, a batata-doce, o coco, entre outros?

Os anos posteriores à independência observaram a indústria avícola “estatizada em 90%, sendo [os] 10% restantes pertencentes a agentes familiares de produção”.²⁴ Após 1978, com a criação, via decreto, da Empresa Nacional Avícola

²³ Conforme a atual Constituição, ladeando os demais símbolos do emblema estão “uma planta de milho e espiga e uma cana-de-açúcar simbolizando a riqueza agrícola”. Cf. MOÇAMBIQUE. *Boletim da República*, 22 dez. 2004, I série, n. 51. Constituição da República. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004, p. 573.

²⁴ VILANCULOS, Alfeu Jacinto; NHASSENGO, Osvaldo; CAFÉ, Marcos Barcellos. A cadeia de valor da carne de frango no estado de Goiás: uma visão atual e algumas reflexões comparativas sobre a produção de carne de frango em Chibuto – Moçambique, *Sociedade e Território*, Natal, v. 27, n. 3, jul.-dez./2015, p. 83.



(Avícola E.E.),

restabeleceu-se a produção que havia passado por processo de destruição no início da independência e aumentou progressivamente, atingindo o seu pico de produção de carne de frango em 1980 com 5.908 toneladas que representava o triplo produzido em 1976. No período de 1982 a 1984, observou-se uma redução drástica e progressiva da produção da carne de frango representando neste período uma queda média de 44,7% devido a intensificação da guerra civil, más relações comerciais com países vizinhos (Zimbabwe e África do Sul) e os efeitos das calamidades naturais que causaram a redução da produção agrícola.²⁵

Enfrentando dificuldades, o esforço para estabelecer uma indústria produtora de carne de frango seguia, como veremos adiante, um plano encetado pela colonização portuguesa em seus anos finais. Diante da instabilidade da empreitada, o próprio Machel matizaria, em outras ocasiões, o papel do Estado na planificação absoluta da economia, admitindo a impossibilidade de desconsiderar a materialidade de cada contexto. “Dirigir”, afirmou em junho de 1979, “não é dar ordens como um capataz”, para enfatizar em seguida que dirigir “é primeiro estudar os problemas, investigar, fazer uma operação de reconhecimento”. Exemplificou: “Não posso chegar a uma escola e dizer: ‘devem criar 50 cabritos como meta’. Porquê [sic] 50 e não 100? Porquê [sic] cabritos e não porcos? Porquê [sic] animais e não hortícolas? Porquê [sic] uma actividade agro-pecuária e não uma carpintaria?”²⁶

Seja como for, um fato se insinuava nas propostas alimentares do governo moçambicano àquela altura: a aderência a hábitos ocidentalizados de ingestão de derivados de animais. Uma adesão irrefletida ou quiçá ingênua, não apenas por apostar em ingredientes de origem animal ainda caros e pouco disponíveis – em flagrante desdém aos cultivos já arraigados nas culinárias locais –, mas por estimular o seu consumo a partir de parâmetros mercadológicos oriundos de realidades urbanas estranhas à maioria dos moçambicanos e das moçambicanas. Salta aos olhos, nesse quesito, a publicação de um livro de gastronomia em tese popular no qual a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) apresentava receitas do país, a fim de orientar hotéis, restaurantes e outros pontos turísticos a incluírem pratos

²⁵ Ibid., p. 83-84.

²⁶ Ibid., p. 65.



“moçambicanos” no cardápio. Uma das receitas se intitulava “canja de galinha”. Entre os ingredientes para o seu preparo, o livro editado pelo governo em 1981, em meio à turbulência política, econômica e social da guerra civil e das secas, recomendava o uso de tempero instantâneo da marca “Maggi”, produzido pela Nestlé, multinacional suíça da indústria alimentícia. O texto explicava que a sopa com carne de frango deveria receber “um fio de azeite; se não tiver azeite põe-se [sic] dois cubos de caldo de galinha ‘Maggi’”.²⁷ A desconexão com a realidade surpreendeu a pesquisadora Fátima Helena Azevedo de Oliveira: “Moçambique, na época da publicação da receita, passava por grande crise financeira, social e alimentar. [...] O termo ‘Maggi’ deixa salientar a presença de uma cultura globalizada.”²⁸

Essa “globalização” capitalista no âmago de um país africano socialista gravemente empobrecido não deixou de escapar à reflexão da imprensa. Um jornalista da revista de variedades *Tempo*, a principal do período, notou que as práticas gastronômicas dos restaurantes na recém-independente capital Maputo (Lourenço Marques até 1976) reforçavam a alienação alimentar dos cidadãos urbanos em torno dos ingredientes e dos pratos apreciados país adentro pelas camadas subalternas. Para ele, tratava-se da permanência de uma faceta da situação colonial. “Os hábitos alimentares são reflexo da nossa cultura. Nas zonas urbanizadas, onde a colonização, em todos os aspectos, mais se acentuou, nota-se [...] uma persistente alienação de hábitos alimentares. O gosto desenfreado por tudo que é ocidental.”²⁹

Adiante, questionava: “Mas então, porque [sic] será este ‘pôr-de-lado’ a que parecem estar votados os costumes alimentares do Povo moçambicano em grande parte dos nossos restaurantes?” Conforme a reportagem, “a aculturação que nos foi inculcada pelo colonialismo é uma das causas que originaram” a atitude esnobe ainda verificada nos gostos culinários em Maputo e outras cidades. Para além desse fato, o texto atribuía o menosprezo a pratos como a matapa – cuja base é a folha da mandioca

²⁷ ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA. *As nossas receitas*, v. 1. Maputo: 1981, s.p., apud OLIVEIRA, Fátima Helena Azevedo de. Investigações terminológicas – termos de especialidade em receitas culinárias de Moçambique – África, *Anais do XIX Encontro Nacional da ANPOLL*, Maceió, 2004, p. 1169.

²⁸ Idem.

²⁹ TOMÉ, Bartolomeu. Cozinha moçambicana: uma questão cultural, *Tempo*, Maputo, n. 450, mai. 1979, p. 29.



e frutos do mar – à ausência de mulheres nas cozinhas dos estabelecimentos comerciais, dominadas por trabalhadores masculinos. A tese da revista para a ocidentalização também girava em torno do ambiente colonizado em que boa parte deles aprendeu a cozinhar. “A ‘formação’ culinária dos homens reduz-se à sua experiência transitória como empregados domésticos de colonos”, conhecidos como mainatos; no entanto, eram “as mulheres, lá em casa, que fazem as comidas moçambicanas. A mulher neste caso é guardiã de uma rica cultura”.³⁰

O espelhamento, em Moçambique, a partir de suas cidades, dos símbolos positivos atrelados ao consumo constante de derivados de alguns animais como a carne de frango e os ovos de galinha revelava uma dinâmica em ascensão em boa parte das economias capitalistas centrais na segunda metade do século passado. Veremos como o desenvolvimento científico e técnico-industrial a partir dos anos 1940 transformou o frango em commodity mundial partindo de realidades bastante específicas dos regimes de mercado consumistas do Atlântico Norte. Afinal, as maneiras de se alimentar integram “o mundo dos sistemas simbólicos”, revelando “algo importante não apenas sobre as formas de vida, mas também sobre a estrutura de uma sociedade”.³¹ O historiador e filósofo italiano Paolo Rossi pondera:

Como muitos – há muito tempo – têm enfatizado, as ações para se livrar da fome e da sede empreendidas pelos membros da espécie humana são “naturais” apenas na aparência. Na verdade estão estreitamente ligadas à artificialidade das técnicas culinárias, aos instrumentos utilizados para cozinhar e para comer, às cerimônias e aos ritos nos quais homens e mulheres (mas às vezes apenas os homens, com uma forte exclusão das mulheres que cozinham e põem a mesa) se reúnem em torno de um lugar onde são servidos os alimentos. O alimento não é apenas ingerido. Antes de chegar à boca, ele é preparado e pensado detalhadamente. Adquire o que geralmente se chama de valor simbólico.³²

Sobre os significados de “comer bem”, a geógrafa brasileira Mariana Nunes Pereira Bastos avalia que, em países periféricos, esses sentidos ainda “estão relacionados com uma comensalidade eurocentrada”, até porque a “produção,

³⁰ Ibid., p. 30.

³¹ ROSSI, Paolo. *Comer: necessidade, desejo, obsessão*. Trad. Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 29-30.

³² Ibid., p. 31-32.



distribuição e consumo de alimentos são definidas principalmente através da colonialidade”.³³ Então, pouco ou nada de “natural” explicaria hábitos de consumo alimentar contemporâneos:

A aparente naturalização do ato de comer revela muitas simpatias e apatias na seleção dietética, que nem sempre estão relacionadas à melhor nutrição, mas às imposições de natureza econômica e às vantagens políticas de certos grupos em detrimento de outros na eleição do “comível”.³⁴

Passada uma década da independência, a produção de carne de frango movimentou quase US\$ 44 milhões ao ano, ocupando a 11.^a posição entre as commodities mais valiosas do país, quatro acima em relação a 1975. Ao longo dos anos 1980, sobretudo, e também no último decênio do século XX, “a produção estatal foi decrescente a nível zero”, ao passo que os setores privados “ampliavam a sua participação no mercado avícola moçambicano”.³⁵

O período coincide com o fim da experiência socialista e a abertura da economia para o grande capital externo, a partir de imposições de entidades do sistema de Bretton Woods,³⁶ em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI), avalizadoras de empréstimos milionários para o país, e a estruturação dos chamados Programas de Reabilitação Econômica em 1987 e 1990. O esforço estatal de estabelecer uma indústria avícola privatizada correrá em paralelo com incentivos para a formação de grandes produtores corporativos em oposição à criação doméstica, modelo histórico de subsistência. Para os formuladores de política pública, o “número considerável de pequenos criadores informais de frango torna difícil a compilação dos dados de produção”, ou seja, de seu controle; acrescia-se a este diagnóstico o de que “a comercialização dos frangos produzidos por estes operadores acontece quase

³³ BASTOS, Mariana Nunes Pereira. Fome e colonialidade alimentar no Brasil. *Mosaico*, v. 14, n. 22, 2022, p. 343.

³⁴ Idem.

³⁵ VILANCULOS *et al.*, *op. cit.*, p. 84.

³⁶ Os acordos de Bretton Woods, firmados entre dezenas países a partir de 1944 nos Estados Unidos, alicerçaram a nova institucionalidade monetária e financeira hegemônica após a Segunda Guerra Mundial, com larga vantagem para o país então no centro do capitalismo e sua moeda, o dólar norte-americano.



exclusivamente através de redes retalhistas informais”:³⁷ sem vigilância sanitária, tributação e integração a uma cadeia produtiva de grãos em larga escala destinada à ração dos animais, como o milho, um dos núcleos do agronegócio contemporâneo.

Com gostos ocidentalizados por estímulos culturais numa longa duração, a população moçambicana urbanizada, ainda que não tivesse meios de produzir a sua própria carne de frango, continuaria a demandar por ela, e por ovos de galinha. Mesmo em períodos de desaquecimento e baixa da indústria avicultora em Moçambique, como em 2005, o fornecimento de itens comestíveis extraídos dos corpos das aves prosseguiu atendido via contínuos contrabandos do vizinho mais rico e industrializado. Segundo um relatório do governo elaborado junto com o International Growth Centre, uma agência de “desenvolvimento” externo britânica, “a maioria do frango congelado importado entra no país à margem do sistema tributário nacional, ou seja, é contrabandeado, maioritariamente por via terrestre e vindo da África do Sul”.³⁸ O que significava outro ramo da informalidade a ser atacado pela consolidação de uma indústria avícola robusta, promovendo, a reboque, concentração de renda entre os poucos produtores, distribuidores, atacadistas e varejistas com capilaridade para se impor sobre atravessadores e pequenos produtores e de subsistência.

Não se deve desconsiderar que a agricultura em Moçambique “é maioritariamente, desde [o] pós-independência, caracterizada por pequenas propriedades que cultivam menos de 1 hectare, com as actividades agrícolas feitas em moldes tradicionais”, ou seja, “sem mecanização, financiamento e insumos agrícolas melhorados”.³⁹ Tais características – que distanciavam boa parte da realidade moçambicana do receituário do agronegócio – costumavam ser interpretadas como desabonadoras por agentes interessados em fomentar o agronegócio no país, visto que, do ponto de vista do capital, apresentavam “baixa produtividade e

³⁷ OPPEWAL, Jorrit; CRUZ, Alberto da; NHABINDE, Vasco. *Estudo sectorial: cadeia de valor do frango em Moçambique*. Ministério da Economia e Finanças/International Growth Centre: Maputo, 2016, p. 12.

³⁸ Idem.

³⁹ CHIHANHE, Adriano Carlos; MANANZE, Sosdito Estevão; MACHAVA, Constantino Milagre. O agronegócio em Moçambique: um olhar sobre o passado, presente e perspectivas futuras. V *Colóquio Nacional e I Internacional de Pesquisas em Agronegócios*, Universidade Federal de Santa Maria – Campus Palmeira das Missões, 2022, p. 2.





competitividade agrícola”,⁴⁰ o que abriria espaço para o “acesso a tecnologias melhoradas, que ajudem os produtores a aumentar os rendimentos de suas culturas e animais”.⁴¹ O “forte crescimento ao longo das duas últimas décadas” do setor agrícola moçambicano demonstraria o êxito do “investimento privado” e da “introdução gradual de modelos agrícolas comerciais”, resultando num “crescente número de agricultores e empresários de agronegócios” capazes de “competir em mercados internacionais”.⁴²

O papel do Estado no encorajamento da avicultura em larga escala não constituiu uma novidade do país independente. A produção moçambicana de ovos de galinha para o mercado consumidor urbano interno já era uma ambição aventada pelo governo colonial português décadas antes, embora enfrentasse adversidades econômicas, sociais e biogeográficas para a sua efetivação. Pioneiros estudos e técnicas veterinárias voltados à eliminação de zoonoses e ao incremento das atividades de pecuária bovina e da avicultura objetivavam remover o suposto atraso local a partir da ação de colonos europeus. Um relatório veterinário publicado em 1948 sob os auspícios do salazarismo argumentava que a criação

de animais de capoeira, porque é uma riqueza, tem de ser considerada e impulsionada especialmente nos países em que o meio não lhe é desfavorável. Ora[,] em Moçambique a avicultura pode e deve desenvolver-se dado que o Governo se prepare para a poder orientar e assistir. O europeu [...] não lhe tem dedicado grande atenção. Há, pois, necessidade de lhe ocupar a actividade nesta proveitosa indústria, em que a mão da mulher do criador e agricultor pode realizar prodígios, para deixarmos de importar, anualmente, as 80 mil dúzias de ovos a que já fizemos referência.⁴³

Mesmo nos estertores do colonialismo tardio, o sonho de uma lucrativa pecuária para Moçambique insistia em figurar nas pretensões dos formuladores de políticas lusitanos. Uma primeira indústria avícola em solo moçambicano surgia, assim, na década de 1960, estimulada por Portugal com a atração de multinacionais

⁴⁰ Ibid., p. 3.

⁴¹ Ibid., p. 4.

⁴² Idem.

⁴³ AIRES, António. “Relatório da Chefia dos Serviços, referente ao período de 1940 a 1946”. In: COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE. *Anais dos Serviços de Veterinária e Indústria Animal*, n. 1. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1948, p. 52.



principalmente nas regiões Sul (Maputo), Centro (Manica) e Norte (Nampula). Dados coligidos pela médica veterinária Quintília da Conceição Nicolau indicam certo sucesso na produção de aves em escala.

Em 1973, dois anos antes da independência, os Serviços de Veterinária tinham em seus registros: 977 aviários, dos quais 44 com capacidade superior a 10.000 aves cada; 13 aviários de reprodução e 14 incubadoras, o dobro das instalações existentes em 1970 (7 aviários de reprodução e 6 incubadoras). A capacidade de incubação, em 1970, era de 450.000 ovos e, em 1973, de 1.000.000, o que significa um aumento na ordem de 122%. Já a produção anual de pintos de dia, no mesmo período de análise, aumentou de 3.000.000 para mais de 7.000.000, correspondendo a um incremento de mais de 130% na produção de carne de frango. Neste período, de 1970 a 1973, também houve um aumento do número de instalações de abate: de 4 para 9 abatedouros em funcionamento.⁴⁴

Em março de 1973, quando a guerra de libertação moçambicana completava o seu nono aniversário, o deputado Maximiliano Isidoro Pio Fernandes defendia na Assembleia Nacional, em Lisboa, as virtudes da “dupla missão” da pecuária no território índico, qual seja, a “de abastecer o mercado interno [...], e [a] de concorrer para uma exportação em volume que assuma significado na balança económica daquele Estado”.⁴⁵ Entre as medidas práticas esgrimidas pelo parlamentar, encontrava-se o fomento e a “promoção de consumo de outras carnes de mais fácil e mais rápida produção, especialmente de galinha, apoiando-se o melhor possível o progresso de uma avicultura moderna”.⁴⁶ O legislador achava-se bastante empolgado com estatísticas providas dos países centrais do capitalismo, como os Estados Unidos da América, onde, de acordo com ele, entre 1951 e 1971 “a produção de carne – graças ao seu avanço científico, a monumentais investimentos e a preços compensadores – aumentou duas vezes e meia”, ao passo que “a população [humana] só cresceu de um terço”. Fernandes propugnava que Portugal apostasse em Moçambique com base em tais “valiosos ensinamentos” a respeito da “importância da criação animal na vida das nações” detentoras de “pecuária moderna”, esta assente em

⁴⁴ NICOLAU, *op. cit.*, p. 71.

⁴⁵ PORTUGAL. *Diário das Sessões*, Assembleia Nacional, X Legislatura, sessão n.º 240, em 28 de março de 1973, p. 4844.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 4846.



“uma apurada técnica, a indispensabilidade de largos investimentos e o preço ao produtor como elemento incentivante”.⁴⁷

Frise-se que a proposta tinha por meta apoiar pecuaristas “‘evoluídos’, individuais e de nível empresarial”, detentores de “capitais investidos” em terras e métodos industriais. Não à toa um dos objetivos era a produção em escala para abranger a exportação.⁴⁸ Embora o foco recaísse sobre gado bovino de corte e leiteiro, a estratégia de Fernandes incluía a “promoção de consumo de outras carnes”, como a de frango, mais rápida e barata de fazer.

Propagandas publicitárias de produtos alimentícios de origem ocidental, como a marca de bebida maltada “Ovaltine”, da multinacional Associated British Foods, sediada em Londres, colaboravam nesse sentido, exaltando os pretensos benefícios de comidas industrializadas contendo insumos animais. Em 1967, nas páginas do jornal laurentino *A Tribuna*, os anúncios com gravuras de pessoas brancas em situações descontraídas ou de vigor físico enfatizavam o slogan de que só “Ovaltine” “contém as maravilhosas qualidades do Malte, Leite e Ovos [...] para compensar o desgaste de energias”. As peças incentivavam os(as) consumidores(as) a criar hábitos alimentares matinais e vespertinos, tomando xícaras da “insuperável bebida alimentícia” e, assim, “recuperar a sua boa disposição”. O produto também se alardeava como “a bebida dos campeões” (ver Figuras 1 e 2).

⁴⁷ Ibid., p. 4841.

⁴⁸ Ibid., p. 4842.

Figuras 1 e 2: Fac-símile de anúncios publicitários da marca “Ovaltine” em jornal laurentino.



Fonte: A *Tribuna*, Lourenço Marques, n. 1370, ano IV, 20 jun.1967, p. 21. Disponível em: https://expoimprensacolonial.fcsh.unl.pt/moc.html#a_tribuna. Acesso em: 25 abr. 2025.



Fonte: A *Tribuna*, Lourenço Marques, n. 1371, ano IV, 27 jun.1967, p. 2. Disponível em: https://expoimprensacolonial.fcsh.unl.pt/moc.html#a_tribuna. Acesso em: 25 abr. 2025.

Privatizando o fazer da comida

Novembro de 1990. Era promulgada a segunda Constituição moçambicana, apontando para alterações estruturais – a começar pela queda do adjetivo “Popular” do nome oficial da república. A poderosa crise econômica e os desdobramentos da sanguinolenta guerra civil, ambas escaladas na década anterior, situavam o país entre os mais pobres e vulneráveis do mundo. Em paralelo, o bloco soviético desmoronava junto com a primeira experiência socialista bem-sucedida da história, tanto quanto o



regime racista do apartheid sul-africano, este, apoiador de primeira hora da sabotagem armada contra o recém-independente Estado moçambicano. O chamado Consenso de Washington, pedra angular do espraçamento do neoliberalismo em escala global, assanhava-se com rapidez sobre os países em desenvolvimento. Agentes do FMI e do Banco Mundial passavam a ditar a cartilha de enxugamento de serviços estatais para governos desesperados por recursos emergenciais entregues com altos juros. Em troca da integração aos fluxos de capital, cheia de promessas para alavancar setores econômicos e gerar postos de trabalho e renda, a nova Carta Magna flexibilizava a presença do capital estrangeiro estipulada por sua antecessora. Se para a Lei Maior de 1975 o “capital estrangeiro poderá ser autorizado a operar no quadro da política económica do Estado”,⁴⁹ o novo texto constitucional mudava termos e ampliava as possibilidades do dinheiro externo em plagas moçambicanas. Conforme o Artigo 45,

1. O investimento estrangeiro opera no quadro da política económica do Estado.
2. Os empreendimentos estrangeiros são autorizados em todos os sectores económicos, excepto naqueles que estejam reservados à propriedade ou exploração exclusiva do Estado.⁵⁰

Além disso, passou a competir ao Conselho de Ministros “estimular e apoiar o exercício da iniciativa privada”.⁵¹ Tal como a legislação predecessora, ficou consignado que a agricultura era “base do desenvolvimento nacional”.⁵² Uma novidade: Moçambique passava a reconhecer e a *garantir* “o direito de propriedade”, limitando as expropriações a “necessidade, utilidade ou interesse públicos, definidos nos termos da lei” e com “justa indenização”.⁵³ Votada e aprovada na Assembleia da República, a Constituição passou a vigor sob o governo do presidente Joaquim Alberto Chissano

⁴⁹ MOÇAMBIQUE, Boletim da República, *op. cit.*, p. 2. Artigo 14.

⁵⁰ MOÇAMBIQUE. *Boletim da República*, 02 nov. 1990, I série, n. 44. República de Moçambique, Constituição. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1990, p. 5.

⁵¹ Artigo 153. *Ibid.*, p. 12.

⁵² *Ibid.*, p. 4. Artigos 39 e 40.

⁵³ *Ibid.*, p. 7. Artigo 86. Trata-se de disposições muito mais liberais do que a presente na Constituição de 1975, onde se lia: “A propriedade privada está ligada a obrigações. A propriedade privada não pode ser usada em detrimento dos interesses fixados na Constituição”. Cf. MOÇAMBIQUE, *op. cit.*, 1975, p. 2. Artigo 13.



(1939), que governaria o país entre a morte de Samora Machel, em 1986, e 2005. Deu-se ainda durante o mandato de Chissano, que, como seu predecessor, integrava o partido Frelimo, a iniciativa de redigir outra Constituição, a terceira do país em menos de três décadas, adotada em 2004.

Essa Carta, ainda vigente, reiterava os valores liberais da anterior no âmbito do Estado democrático de Direito, do pluripartidarismo e do sufrágio universal para mandatos eletivos, como presidente da República e deputados(as). Adensava, também, os efeitos liberalizantes da economia em relação ao capital externo. Segundo o Artigo 108, os “empreendimentos estrangeiros são autorizados em todo o território nacional e em todos os sectores económicos”.⁵⁴ A “organização económica e social” do país assentaria em sete “princípios fundamentais”, entre eles as “forças do mercado”, a “iniciativa dos agentes económicos” e a “coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social”.⁵⁵

A viragem ideológica e política de Moçambique coincidia com o encerramento da Guerra Fria, quando os defensores do livre mercado, a partir do bloco vitorioso do confronto, tocaram as trombetas do “fim da história”.⁵⁶ A maior estabilidade lograda pelo Acordo Geral de Paz de Roma, em 1992, que interrompeu a guerra civil e os deslocamentos populacionais, permitiria novos rumos para o planejamento econômico. A aposta no setor primário, quer dizer, o da agropecuária, representou uma das mais intensas. Nas duas décadas posteriores, “a entrada do investimento externo” resultou na “transformação agrícola moçambicana”.⁵⁷ Alguns analistas passaram a enxergar na agropecuária uma oportunidade para “reduzir a pobreza” e, “em particular”, impulsionar “a procura de produtos pelo consumidor”.⁵⁸ Um abrangente estudo econômico sobre Moçambique publicado em 2014 pelo FMI vaticinava:

⁵⁴ MOÇAMBIQUE, *op. cit.*, 2004, p. 552.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 551-552. Artigo 97. A redação desse artigo torna mais explícita a imbricação com a iniciativa privada já disposta no Artigo 41 da Constituição anterior. Cf. MOÇAMBIQUE, *op. cit.*, 1990, p. 4.

⁵⁶ Trata-se da noção de que a derrocada do bloco socialista após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 indicaria a incontestada supremacia do modelo político e econômico da democracia liberal.

⁵⁷ ROSÁRIO, Nelson Maria. Agricultura no regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Moçambique: uma breve análise e reflexão sobre a tipologia dos Agricultores, *Revista NERA*, n. 60, v. 24, set.-dez./2021, p. 232.

⁵⁸ *Idem.*



A procura de alimentos, especialmente produtos mais valorizados como produtos hortícolas e animais, irá aumentar à medida que os rendimentos aumentam. As mudanças nas preferências do consumidor associadas à urbanização e riqueza irão aumentar, no geral, a procura de alimentos, bem como a procura de alimentos processados.⁵⁹

Nota-se, aqui, a estratégia preconizada para um país com elevados índices de insegurança alimentar: elevar a massa de rendimentos individuais, transformando *cidadãos pobres em consumidores* empoderados atrás de “produtos mais valorizados”. Ou seja, o indício de sucesso da ascensão social e da boa nutrição, de acordo com os formuladores de políticas públicas do FMI, residia na capacidade financeira de mais pessoas em Moçambique adotarem hábitos alimentares urbanos ocidentalizados, acessando maior quantidade de derivados de alguns tipos de animais e comidas industrializadas. O paralelo com os preceitos ambicionados pelo colonialismo português em meados do século XX não poderia estar mais explícito. O mesmo relatório do FMI sugeria a submissão dos pequenos agricultores e os de subsistência aos interesses do agronegócio então em montagem no país:

O setor agrícola [moçambicano] é composto por quatro tipos abrangentes de empresas: 1) agricultores de subsistência em pequena escala; 2) agricultores de pequena e grande escala com ligação a mercados; 3) empresas de agronegócios verticalmente integradas (esquemas de funcionamento com produtores sob contrato); e 4) prestadores de serviços de agronegócios (fornecedores de meios de produção, agregadores). Desenvolver o setor agrícola irá exigir a integração do primeiro grupo e mais do segundo grupo em cadeias de valor que são conduzidas pela procura e incentivadas por empresas de agronegócios (o terceiro e quarto grupos).⁶⁰

É importante destacar uma platitude histórica escamoteada, no presente, pelo aparato propagandístico dos setores econômicos e políticos hegemônicos em países periféricos do capitalismo, em particular os que funcionam como “celeiros” exportadores de commodities alimentícias. A platitude constitui no seguinte: o agronegócio, enquanto conceito e dinâmica político-econômica, é, em termos históricos, bastante recente. A invenção conceitual do *agribusiness* (neologismo que

⁵⁹ NIJHOFF, Jan Joost; VERISSIMO, Patrick; ARLINDO, Pedro; BILA, Aniceto. “Desenvolver o setor agrícola”. In: ROSS, Doris C. Moçambique em ascensão: construir um novo dia. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014, p. 79.

⁶⁰ Ibid., p. 78.



combina as palavras inglesas *agriculture* [agricultura] e *business* [negócio] e origina o vocábulo *agronegócio* em português) data de 1955, quando dois pesquisadores da Escola de Negócios da Universidade Harvard, nos Estados Unidos da América, o propuseram com o intuito de enfatizar a interdependência entre a produção agropecuária e os negócios.⁶¹ A dinâmica decorrente da proposição de reforçar os laços intersetoriais que conectavam a agropecuária e as atividades secundárias da economia (indústria) e as terciárias (serviços) transformaria o agronegócio, já nos anos 1960, em instrumento da política externa norte-americana voltado a influenciar países em desenvolvimento. Desde o início, o modelo de concentrar num punhado de corporações o poder sobre toda a cadeia generativa de alimentos, de fertilizantes nitrogenados sintéticos, sementes, agrotóxicos, rações e tratores ao processamento, à distribuição e à venda da comida ao consumidor final, significava mudanças sociais que resultariam num “volume maior de produção envolvendo menos pessoas”.⁶² Consequentemente, “famílias de agricultores que não conseguissem viver da produção da fazenda deveriam trabalhar em outras áreas”.⁶³

No contexto da Guerra Fria, a noção de sucesso da Revolução Verde⁶⁴ legitimaria a exportação desse paradigma de agronegócio, porém revestido pela política de “guerra contra a fome” lançada em 1966 pelo presidente democrata Lyndon B. Johnson (1908-1973). Essa diretriz humanitária também tinha por metas incentivar, no exterior, “o crescimento da utilização de fertilizantes [químicos] e agrotóxicos” e estimular “o fortalecimento de mercados para a exportação desses insumos”, produzidos por indústrias norte-americanas.⁶⁵ Balizada por uma visão

⁶¹ POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021, p. 45.

⁶² *Ibid.*, p. 53.

⁶³ *Idem.*

⁶⁴ Avanços produtivos no setor agrícola por intermédio de desenvolvimentos advindos da motorização, da mecanização, da fertilização mineral (em detrimento do uso de esterco) e da seleção artificial. Em contraposição, sobretudo, à ideia de Revolução Vermelha dos soviéticos. Cf. MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo / Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2010, Capítulo 10.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 63.



neomalthusiana,⁶⁶ a ordem do dia era promover a implantação da agropecuária empresarial de larga escala – e, quando possível, direcioná-la também à exportação – em economias emergentes, até como contraponto a modelos de auxílio direto através de transferência de excedentes agrícolas dos países ricos para os empobrecidos. Com apoio estatal, a iniciativa privada deveria otimizar métodos de produção e trabalho que sustentassem a competição mercadológica em nível internacional. Quase meio século adiante, o FMI seguiria preconizando a mesma lógica para Moçambique, em prescrição saturada de terminologia neoliberal:

Está em curso uma transformação agrícola, com base no investimento privado e na introdução gradual de modelos comerciais. O crescente número de agricultores e empresários de agronegócios emergentes em Moçambique tem o potencial de participar em cadeias de produtos de base produtivas que irão gerar rendimentos superiores para as explorações agrícolas, ao mesmo tempo que se constrói uma base de produção agrícola capaz de competir em mercados internacionais. A competitividade agrícola mais forte, com base na produtividade agrícola melhorada e em mercados mais eficazes, irá fomentar o crescimento de exportações e reduzir a fatura das importações de Moçambique em termos de produtos agrícolas de base.⁶⁷

Ao mesmo tempo em que a agricultura e a pecuária se viam capturadas pela voragem do capitalismo industrial e financeiro, os padrões de ingestão da carne de alguns tipos de animais se ampliavam como nunca nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, graças, cada vez mais, à articulação intersetorial da economia reconfigurada pelo nascente agronegócio.⁶⁸ A transição alimentar registrada nos países do centro do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tinha nos produtos derivados de gado bovino, frango e porco uma base relevante. A alteração de hábitos de consumo envolvendo comida só pôde permitir graus elevados e inéditos de ingestão de carne pois se materializava em “sociedades ricas como a norte-americana” – afinal, “a carne continua sendo uma fonte de nutrição muito menos

⁶⁶ O neomalthusianismo representou uma visão teórica, entre formuladores de políticas capitalistas a partir da metade final do século passado, de que o crescimento demográfico constituiria um problema social e econômico, principalmente em países empobrecidos e em desenvolvimento, que não teriam capacidade produtiva para abastecer mais pessoas, exacerbando a miséria.

⁶⁷ NIJHOFF *et al.*, *op. cit.*, p. 78-79.

⁶⁸ “Aqui, cabe jogar luz sobre um aspecto importante: o termo [agronegócio] nasceu em uma escola de negócios, não de agronomia.” Cf. POMPEIA, *op. cit.*, p. 49.



eficiente que as proteínas vegetais”.⁶⁹ Não representa novidade para ninguém o fato de que o volume de cereais drenado para a produção de carne de frango, porco e boi é muito maior do que o necessário para alimentar, com eficácia nutricional, as pessoas de maneira direta. De acordo com Harold McGee, pesquisador norte-americano de química alimentar, mesmo

hoje, com métodos avançados de produção, é necessário um quilo de cereais para obter meio quilo de carne de frango; as razões são de 4 para 1 para a carne suína e 8 para 1 para a carne bovina. Só podemos nos dar ao luxo de ter nos animais uma grande fonte de alimento porque dispomos de um grande excedente de proteínas vegetais.⁷⁰

A ânsia pela conquista do referido luxo espalhou-se tal qual rastilho de pólvora mundo afora na esteira dos ideais de consumo capitalistas com o avançar da metade final do século XX. A padronização dos gostos e dos hábitos, inclusive os alimentares e culinários, também obedecia aos imperativos de facilitar o estabelecimento de mercados globais articulados entre si; em outras palavras, essa “globalização” correspondia, como aponta o geógrafo Milton Santos, ao “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”.⁷¹ Ela apenas pôde se concretizar em decorrência de “dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política”.⁷² Do modo de um “motor único” que “dispõe de um sistema unificado de técnicas”, a produção capitalista engendrada nas últimas décadas do Novecentos e no início do século XXI “se dá à escala mundial, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu”.⁷³

No mesmo período, o caso da ascendente indústria de frangos moçambicana ajuda a demonstrar essa “verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação”, tudo convergindo para uma potencial homogeneização econômica e sociocultural, ou para “uma vocação a um padrão

⁶⁹ MCGEE, Harold. *Comida e cozinha: ciência e cultura da culinária*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 136.

⁷⁰ Ibid., p. 136-137.

⁷¹ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 23.

⁷² Idem.

⁷³ Ibid., p. 29-30.



único”.⁷⁴ Contribuíram para o sucesso das empresas globais os progressos científicos, além da pressão ininterrupta sobre os laboratórios para encontrar “as novas técnicas, os novos materiais, as novas soluções organizacionais e políticas que permitam às empresas fazer crescer sua produtividade e o seu lucro”.⁷⁵

Dos animais eleitos para abastecer e propulsionar o agronegócio, o frango de corte contemporâneo, nomeado de *broiler* pela indústria, se inseriu nos “melhoramentos” técnicos e científicos fomentados pelo mercado da alimentação. Já antes da Segunda Guerra Mundial, criadores próximos de centros urbanos nos Estados Unidos buscavam racionalizar a produção de ovos e carne extraídos dos galináceos. Descobriram que suplementando as aves com vitamina D poderiam criá-las confinadas, em quantidades enormes, sem nenhuma luz solar, ao longo do ano inteiro, ignorando os ciclos naturais da espécie (*Gallus gallus domesticus*) em interação com as mudanças de insolação no desenrolar das estações. Entretanto, vários problemas decorreram dessa decisão: nos “galpões lotados e mal ventilados”, as aves estressadas “bicavam outras até a morte e comiam seus restos mortais”, enquanto doenças contagiosas se espalhavam, fazendo as perdas se multiplicarem “em toda a indústria em desenvolvimento”.⁷⁶ Apesar dos reveses, o

crescimento no negócio de frangos atraiu a atenção das maiores empresas de ração e farmacêuticas, que colocaram seus cientistas para trabalhar no problema da produção em massa. Alguém descobriu que as perdas por bicadas e canibalismo poderiam ser reduzidas queimando as pontas dos bicos dos frangos com um maçarico. Logo, uma máquina automática de “desbicagem” foi patenteada e seu uso se tornou rotineiro. Rações mais ricas resultaram em aves com ganho de peso mais rápido e um maior número de “safras” de frangos a cada ano. O principal avanço, no entanto, foi a descoberta de que sulfas e antibióticos poderiam ser adicionados à ração para ajudar a conter doenças nos galpões sujos e lotados.⁷⁷

⁷⁴ Ibid., p. 30.

⁷⁵ Ibid., p. 31.

⁷⁶ MASON, Jim; FINELLI, Mary. “Brave new farm?” In: KALOF, Linda; FITZGERALD, Amy (eds.) *The animals reader: the essential classics and contemporary writings*. Oxford / Nova York: Berg, 2007, p. 159. Tradução nossa. No original: “Large-scale indoor production caught on fast around the urban market centers, but the new methods created a host of problems. Nightmarish scenes began to occur in the crowded, poorly ventilated sheds. Birds pecked others to death and ate their remains. Contagious diseases were rampant, and losses multiplied throughout the budding industry.”

⁷⁷ Idem. Tradução nossa. No original: “The boom in the chicken business attracted the attention of the largest feed and pharmaceutical companies, which put their scientists to work on the problem of mass-production. Someone found that losses from pecking and cannibalism could be reduced by burning off the tips of chickens’ beaks with a blowtorch. Soon an automatic ‘debeaking’ machine was



O maquinário e a farmacoquímica industrial se apossaram da cadeia produtiva em cujo cerne estavam frangos e galinhas. Sua mecânica, suas técnicas e seus insumos tornaram-se, assim, imprescindíveis para a competitividade das corporações ávidas por granjear mercados consumidores e dominá-los frente à concorrência (inclusive, no início, a de pequenos produtores). Reforçava-se o sentido do agronegócio – a articulação intersetorial que congrega corporações de ponta a ponta do processo produtivo. Mas se o capitalismo já estava preparado para o próximo passo na indução ao consumo massivo de derivados de frango, a biologia do animal ainda concorria contra as expectativas por uma produtividade lucrativa a partir de seus corpos. Era preciso, portanto, transformar artificialmente a constituição das aves a fim de lhes impor o verdadeiro sentido de commodity. A maior rede de supermercados norte-americana da época daria o pontapé na disputa pelo frango ideal para atender o apetite da indústria.

Em 1946, a Great Atlantic and Pacific Tea Company (hoje A&P) [extinta em 2015, após duas falências] lançou o concurso “O Frango do Amanhã” para encontrar uma linhagem de frango que pudesse produzir um corpo de peito largo com baixo custo de ração. Em poucos anos, os criadores de aves desenvolveram o protótipo do “broiler” atual – um frango criado para abate que atinge um peso de mercado de cerca de 2,2 kg em sete semanas ou menos. O ancestral dessa ave, criado antes da guerra, levava o dobro do tempo para atingir um peso de mercado de cerca de 1,3 kg.⁷⁸

A competição ensejou uma seleção genética que fez cair pela metade o tempo de produção de frangos e dobrou o seu peso, abrindo um nicho mercadológico para aumentar significativamente o consumo da carne dessa ave. As corporações, no entanto, seguiam insaciáveis. Os grandes produtores de ovos “tentaram seguir os métodos de fábrica da indústria de ‘broilers’, mas se depararam com um grande

patented, and its use became routine. Richer feeds made for faster-gaining birds and a greater number of ‘crops’ of chickens each year. Foremost of the developments, however, was the discovery that sulfa drugs and antibiotics could be added to feed to help hold down diseases in the dirty, crowded sheds.”

⁷⁸ Idem. Tradução nossa. No original: “In 1946, the Great Atlantic and Pacific Tea Company (now A&P) launched the ‘Chicken of Tomorrow’ contest to find a strain of chicken that could produce a broad-breasted body at low feed cost. Within a few years poultry breeders had developed the prototype for today’s ‘broiler’ – a chicken raised for meat who grows to a market weight of about five pounds in seven weeks or less. The pre-war ancestor of this bird took twice as long to grow to a market weight of about three pounds.”



problema: galinhas confinadas produzem muito esterco a cada semana”, uma questão que para os proprietários de animais de corte era menos complexa, dada a altíssima rotatividade dos ocupantes das gaiolas – só algumas semanas até a morte, contra um ano ou mais em que as galinhas fornecedoras de ovos ficam confinadas antes de serem descartadas ao fim de seu ciclo fértil. Apenas um mecanismo eficaz para remover o acúmulo de dejetos poderia resolver a situação. “Infelizmente para as galinhas”, a indústria avícola acharia rápido a solução: os produtores perceberam que podiam confinar os animais “em gaiolas de tela de arame suspensas sobre uma vala para coletar os excrementos”, onde não era incomum que ferissem as patas.⁷⁹ Logo em seguida, outra “inovação” rentável: ampliar de uma para várias galinhas a ocupação de cada jaula, visto que quando os capitalistas “descobriram que as aves eram mais baratas do que telas e galpões, gaiolas lotadas se tornaram a regra”.⁸⁰ O mínimo bem-estar dos animais criados para morrer no agronegócio jamais ameaçou as margens de lucro das corporações. Análoga do *broiler* para a carne, surgia “a galinha ‘poedeira’, que produzia ovos e mais ovos”; sua versão “melhorada” pela indústria “põe o dobro de ovos por ano do que as galinhas ‘polivalentes’ de quintal da década de 1940”.⁸¹

Mas ainda havia um último obstáculo a ser superado: o juízo cultural sobre as circunstâncias do consumo da carne de certos animais. Nos Estados Unidos, durante as primeiras décadas do século passado, a “mentalidade predominante” era a de que “o frango era uma refeição especial de fim de semana”.⁸² Também essa barreira foi

⁷⁹ Idem. Tradução nossa. No original: “Egg producers also tried to follow the ‘broiler’ industry’s factory ways, but they were faced with a major problem: confined hens produce loads of manure each week. ‘Broiler’ producers had the manure problem with their large flocks too, but the birds were in and out within twelve weeks, and accumulations could be cleaned out every few flocks. [...] Egg producers, however, kept their birds indoors for a year or more, so they needed a means of manure removal that would not disturb the hens or interfere with egg production. Unfortunately for the hens, they found it: producers discovered they could confine their chickens in wire-mesh cages suspended over a trench to collect droppings.”

⁸⁰ Ibid., p. 160. Tradução nossa. No original: “At first they placed hens one to each cage, but when they found that birds were cheaper than wire and buildings, crowded cages became the rule.”

⁸¹ Ibid., p. 159. Tradução nossa. No original: “The egg industry went to work on engineering their own specialized chicken – the ‘layer’ hen, who would turn out eggs and more eggs. Today’s model lays twice as many eggs per year as did the ‘all-purpose’ backyard chickens of the 1940s.”

⁸² HOROWITZ, Roger. “Making the chicken of tomorrow: reworking poultry as commodities and as creatures, 1945-1990”. In: SCRANTON, Philip; SCHREPFER, Susan (eds.). *Industrializing organisms: introducing evolutionary history*. Nova York / Londres: Routledge, 2004, p. 220. Tradução nossa. No



rompida com o *broiler*, a invenção industrial que podia “tornar o frango uma parte mais regular e consistente da dieta norte-americana”, reduzindo-lhe o preço “para um valor inferior ao da carne vermelha”, e, segundo os seus defensores, com a “qualidade melhorada”.⁸³ O que basicamente consistia em “produzir uma ave mais barata e ‘carnuda’, com aparência fresca e atraente no varejo”.⁸⁴

A seleção genética para obter pássaros com ciclo de vida menor – mais lucrativos – seguiu nas décadas seguintes. Assim, a partir da terceira Constituição e da contínua liberalização da economia moçambicana, a produção interna de derivados de frangos e galinhas podia alçar patamares cada vez maiores, com recordes quebrados a cada ano, em particular depois de 2006. O ritmo acompanhava uma tendência mundial bastante incrementada pela nova demanda consumista da China, forte concorrente pela importação dos produtos extraídos dos corpos dessas aves.

Durante a década de 1990, a produção mundial de carne de frango cresceu de 29 milhões de toneladas métricas (MTM) para cerca de 50 MTM, um aumento de 72% ou 2 MTM por ano. Coincidentemente, a indústria mundial de ovos de galinha também encerrará a década de 1990 com uma produção total estimada em 50 MTM, um aumento de 56% em relação aos 32 MTM do início da década de 1990. A produção mundial total de carne e ovos de frango aumentou a uma taxa de 4 MTM por ano e encerrará a década com aproximadamente 100 MTM de produção total.⁸⁵

Com o estabelecimento de grandes plantéis comerciais – incubadoras, aviários, matadouros, entre outros – a partir do sucesso de atração do capital externo,

original: “The main obstacle to increased chicken consumption, he emphasized, was changing the prevalent attitude that chicken was a special weekend meal. To make chicken a more regular and consistent part of the American diet, the price of broilers had to be reduced below that of red meat and the quality improved. This meant producing an inexpensive and ‘meatier’ bird that had a fresh and attractive appearance in the retail store.”

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ AHO, Paul W. “The world’s commercial chicken meat and egg industries”. In: BELL, Donald D.; WEAVER, William D. (eds.). *Commercial chicken meat and egg production*. Boston: Springer, 2002, p. 3. Tradução nossa. No original: “During the 1990’s, world chicken meat production has grown from 29 million metric tons (MMT) to an estimated 50 MMT, an increase of 72% or 2 MMT per year. Coincidentally, the world chicken egg industry will also end the 1990’s with total production of an estimated 50 MMT, an increase of 56% from 32 MMT at the beginning of the 1990’s. Total world chicken meat and egg production increased at the rate of 4 MMT per year and will end the decade with approximately 100 MMT of total production. Since the capital investment necessary for an increase in production is roughly \$1 per kilo of production for both eggs and broilers, the investment for new facilities in the poultry industry has been \$4 billion annually worldwide. During the 1990’s a total of \$40 billion will have been invested in the world chicken industry.”



Moçambique experimenta hoje quase duas décadas contínuas de crescimento da produção avícola, algo comumente exaltado pelas autoridades.⁸⁶ O período, no entanto, verificou também uma veloz concentração produtiva rural em torno de algumas corporações do agronegócio, destacando-se Higest, Mozambique Farms, Abílio Antunes e Novos Horizontes/Frango King, que além de criarem e abaterem os pássaros, amiúde detinham a produção de insumos como a ração fornecida aos animais.⁸⁷ No país, apenas três dessas empresas incorporavam, nos anos 2010, “todas as partes da cadeia de produção, nomeadamente a Higest na zona Sul, a Abílio Antunes na zona Centro, e a Novos Horizontes/Frango King na zona Norte”.⁸⁸ Boa parte de tais corporações contava com controle acionário internacional.⁸⁹

Conflitos fundiários envolvendo pecuaristas e populações rurais passaram a ser noticiados na imprensa. Em 2017, o jornal *O País* relatou que mais de uma centena de famílias havia sido expulsa de suas terras em Bengo e Cafumpe, em Manica, após suas casas “serem cercadas pelo empresário Abílio Antunes, maior fornecedor de frangos e ovos naquela província”.⁹⁰ Uma das pessoas afetadas relatou à reportagem que o empresário “derrubou as minhas mangueiras, tangerineiras e outras plantas, mas recusa-se a indemnizar-me, dizendo que o espaço é dele, o que não confere a

⁸⁶ Já o setor avícola pressionava o governo por menos impostos, a fim de eliminar a concorrência com frangos congelados importados de África do Sul, Brasil e Estados Unidos. Cf. LUTXEQUE, Sítio. Moçambique quer ser líder mundial na produção de frango, *Deutsche Welle*, Nampula, 20 dez. 2016: <https://www.dw.com/pt-002/mocambique-quer-ser-lider-mundial-na-producao-de-frango/a-36845048>. Acesso em: 05 mai. 2025.

⁸⁷ OPPEWAL et. al., op. cit., p. 14.

⁸⁸ GUSSULE, Milton Graciete Manuel de. *Avaliação do comportamento térmico de pavilhões de produção de frangos em Moçambique*. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônômica). Escola de Ciências e Tecnologias, Universidade de Évora, Évora, 2018, p. 5.

⁸⁹ “A Higest Moçambique é uma empresa de capitais portugueses presente há mais de 15 anos no mercado moçambicano, onde atua no sector agroindustrial e avícola, estando atualmente em forte expansão.” Cf. SOFID. Higest, s.d. Disponível em: <http://sofid.pt/projetos/higest-mocambique>. Acesso em: 03 mai. 2025. Por sua vez, a Novos Horizontes “surge através de um plano dentro de uma família de zimbabuanos, que chegaram em Nampula e verificaram que podiam abrir uma empresa, focada na produção avícola”. Em 2006 “foi inaugurada a empresa e os trabalhos começaram a decorrer, e ficou como responsável um dos mais velhos da família, Andrew David Cunningham”. O atual presidente tem formação na Universidade de Edimburgo (Escócia). Cf. MACORE, Sergio Alfredo. *A auditoria às contas de resultado como instrumento de controlo da sustentabilidade financeira da empresa: caso da empresa da New Horizons Mozambique Lda*. 44 f. Licenciatura (Gestão de Empresas). Universidade Pedagógica, Nampula, 2016, p. 20.

⁹⁰ MUIANGA, Aldino. Empresário coloca no cerco mais de 100 famílias em Gondola, *O País*, Maputo, 21 nov. 2017 [Online]. <https://opais.co.mz/empresario-coloca-no-cerco-mais-de-100-familias-em-gondola>. Acesso em: 05 mai. 2025.



verdade”.⁹¹ As autoridades ofereceram outra área para os desalojados, que, contudo, se recusaram a “fixar-se no local atribuído pelo governo uma vez não terem sido criadas condições básicas para a sua sobrevivência”.⁹² Segundo o noticiado, “o conflito já vem desde há longos anos e o empresário está no seguimento de uma decisão judicial que o autoriza a ficar com o referido espaço”. Para forçar as pessoas a abandonarem as terras, Antunes “colocou várias cabeças de gado bovino naquela zona para se alimentar das plantas ali existentes”.⁹³

Futuros possíveis: distopia ou viver-em-comum

Março de 2022. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural moçambicano divulgava um balanço pecuário demonstrando que o país já era “o segundo maior produtor de frangos e o oitavo maior criador de gado bovino, a nível da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral”.⁹⁴ O modelo de estruturação do agronegócio havia levado, em 2021, à “fasquia de 135 mil toneladas de frangos, o maior recorde dos últimos dez anos, ficando abaixo apenas da África do Sul, com mais de um milhão e quinhentas toneladas produzidas”.⁹⁵ O surto de gripe aviária, pouco mais de um ano depois, e recorrentes oscilações nos preços de mercadorias extraídas de galináceos⁹⁶ indicam o outro lado da moeda em relação à dependência de tais itens industrializados para alimentação humana.

Para começar, a subordinação da cadeia produtiva moçambicana às cotações de insumos comercializados no mercado internacional, com sua dinâmica especulativa, resulta em flutuações que, muitas vezes, põem em xeque a garantia de uma soberania alimentar num país que busca maior dependência de produtos subtraídos de alguns

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

⁹⁴ MOÇAMBIQUE, segundo maior criador de frangos na SADC, *Rádio Moçambique*, Maputo, 21 fev. 2022. <https://www.rm.co.mz/mocambique-segundo-maior-criador-de-frangos-na-sadc/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ ALGUMAS províncias continuam a ressentir-se da falta de ovos e especulação de preços, *Carta de Moçambique*, 21 nov. 2023 [On-line]. Disponível em: <https://cartamz.com/sociedade/3441/algumas-provincias-continuam-a-ressentir-se-da-falta-de-ovos-e-especulacao-de-precos/>. Acesso em 07 mai. 2025.



tipos de animais amplamente negociados em bolsas de valores ao redor do globo. Além disso, investir mais em carne e ovos não tem apontado para uma significativa melhoria dos índices nutricionais médios entre moçambicanos e moçambicanas. Entre 2013 e 2022, o salto da produção da carne de frango no país aumentou de 55.634 toneladas para 146.684 toneladas, ou seja, quase 164%.⁹⁷ Ao mesmo tempo, foi de 174% o crescimento da fabricação dos ovos de galinha, subindo de 9.663.987 dúzias para 26.516.467 dúzias.⁹⁸ Contudo, em igual período, a prevalência de subnutrição variou de 27,8% a 24,8% da população total, com patamares ainda mais elevados no intermédio.⁹⁹ Já o número absoluto de pessoas subnutridas, também nesse decênio, aumentou de cerca de 7 milhões para aproximadamente 8,2 milhões.¹⁰⁰

O agronegócio brasileiro, tomado como modelo por muitos proponentes do homólogo moçambicano,¹⁰¹ também fornece exemplos de que uma elevada e crescente produção de derivados alimentícios industrializados de alguns tipos de animais não reflete, de modo automático, em benefícios nutricionais para a massa populacional interna, além de revelar uma enorme concentração fundiária. Talvez não seja um acaso que, no continente africano, Moçambique constituísse, na década de 2010, o país com o qual o Brasil possuía “o maior número de projetos de cooperação”; até o final de 2011, “o programa bilateral de cooperação técnica Brasil-Moçambique continha 21 projetos em execução e nove em processo de negociação”. O mais conhecido deles, o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA), foi instituído em parceria com o

⁹⁷ MOÇAMBIQUE. *Boletim de estatísticas pecuárias*, 2012-2022. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural/Direcção Nacional de Desenvolvimento Pecuário, 2023, p. 28.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 30.

⁹⁹ Estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) com base na média de período de três anos. Cf. FAOSTAT, *SDG Indicators* [Online]. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/SDGB>. Acesso em: 19 abr. 2025.

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ Ver, por exemplo, diversos estudos comparativos entre as realidades pecuárias dos dois países, entre os quais: SITOE, Tomás Adriano; EVARISTO, Tânia. O papel do crédito no desenvolvimento da actividade avícola comercial. O exemplo brasileiro e a situação de Moçambique, *Revista de extensão e estudos rurais*, v. 13, n.1, jan.-jun. 2024; TAUNDE, Paula Augusto. *Caracterização patológica e molecular da colibacilose em frangos de corte de Moçambique e em galinhas poedeiras do Brasil*. 51 fls. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Veterinária, Porto Alegre, 2021; VILANCULOS et al., op. cit., 2015.



Japão com a intenção de alterar savanas tropicais ao Norte, assegurando-lhes um caráter de produtor de alimentos, inclusive avícolas, com um sentido de exportação.¹⁰²

Josué de Castro (1908-1973), eminente geógrafo brasileiro dedicado a estudar a fome e suas imbricações com o capitalismo, criticava, em finais da década de 1960, a aposta em resolver problemas nutricionais – sobretudo o déficit proteico – por meio de políticas públicas que preconizavam uma maior dependência dos animais. “A produção de proteínas vegetais”, escreveu num de seus últimos textos, “é de aproximadamente 160 milhões de toneladas, o que faria crer que não existe déficit neste setor, mas na verdade 50% desta produção é consumida por animais”, restando 80 milhões de toneladas para a alimentação humana, bem abaixo da necessária “disponibilidade mínima de 120 milhões de toneladas por ano”.¹⁰³ Conforme seus cálculos, havia naquele momento uma insuficiência de “proteínas vegetais – cujas fontes são especialmente os cereais – de cerca de 40 milhões de toneladas”, absorvidas pela pecuária.¹⁰⁴ E o problema não terminava aí:

É bom também salientar-se que os 80 milhões de toneladas utilizadas para a alimentação dos animais estão longe de atender às necessidades dos criadores do mundo, sendo este um dos fatores básicos por que a produção de proteínas animais – carne, leite, ovos – não aumenta de maneira satisfatória.¹⁰⁵

O agronegócio operou no sentido inverso, acumulando para si mais e mais hectares de terra a fim de dispor de grãos para a produção de rações alimentando uma quantidade explosiva de animais confinados. A monocultura, entre as quais a da soja e a do milho, vem tornando paisagens inteiras em monótonos (e ambientalmente perigosos) celeiros econômicos. Diante da sucessão de escolhas alimentares de larga escala efetivadas nas últimas décadas, o desafio de buscar alternativas viáveis, sustentáveis e perenes para a subnutrição em países empobrecidos segue vivo em nossos dias. O filósofo francês Pierre Charbonnier sugere que “não devemos procurar

¹⁰² VALLE SOUZA, Caio Fabiano Lopes do. Mercadoria ou comida? Plantação e contra-plantação no colonialismo tardio em Moçambique. *Rev. Tempo, Espaço e Linguagem-TEL*, v. 15, n. 02, jul.-dez. 2024, p. 267.

¹⁰³ CASTRO, Josué de. *Fome, um tema proibido*. Últimos escritos de Josué de Castro. 2.ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1983, p. 40.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.



novas fontes de abundância capazes de reavivar a autonomia-extração”, um processo que prolonga a “embriaguez liberal” através do mercado, antes da “ressaca climática” do planeta.¹⁰⁶ Em sua crítica à “autoridade científica e política dos modernos sobre a natureza e sobre os não modernos”,¹⁰⁷ este autor propõe o encerramento da noção de autonomia a partir da abundância, em particular a ligada “aos padrões de consumo, ao universo da mercadoria”.¹⁰⁸ Para ele, é fundamental

levar a sério a ideia de que o sistema gravitacional modernista, que projetava em suas margens a alteridade sócio-histórica tanto dos não europeus quanto dos não humanos, não exerce mais o monopólio da enunciação da verdade. E com ela um corolário mais positivo: o esgotamento de sua autoridade anda de mãos dadas com a composição de novas parcerias políticas não producionistas que ainda estão por desenvolver.¹⁰⁹

A emergência climática nos compele a enfrentar dilemas éticos no presente histórico, visto que determinados valores, escolhas e hábitos de consumo socialmente hegemônicos – sem excluir os alimentares – põem em risco aumentado aos eventos extremos as populações das regiões pauperizadas do mundo, e Moçambique representa um dos países mais vulneráveis a essas mudanças. Os surtos de gripe aviária pelo mundo representam um perigo mortal não só para os galináceos confinados em grandes plantéis industriais, mas também para aves criadas em quintais e, no caso moçambicano, machambas, onde o controle veterinário é bem mais complicado. Além disso, o vírus causador da doença (H5N1) “já se adaptou aos mamíferos”; suas recombinações podem se ligar “a um receptor de tipo humano” e, com “algumas mutações adicionais”, o patógeno poderá “se adaptar totalmente aos humanos – um evento que poderia resultar em uma pandemia”.¹¹⁰

¹⁰⁶ CHARBONNIER, Pierre. *Abundância e liberdade: uma história ambiental das ideias políticas*. Trad. Fabio Mascaro Querido. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 322.

¹⁰⁷ Ibid., p. 320.

¹⁰⁸ Ibid., p. 321.

¹⁰⁹ Ibid., p. 320.

¹¹⁰ FASINA, Folorunso Oludayo; NJAGE, Patrick Murigu Kamau; ALI, A. M. M.; YILMA, J. M.; BWALA, D. G.; RIVAS, Ariel L.; STEGEMAN, Arjan J. Development of disease-specific, context-specific surveillance models: avian influenza (H5N1)-related risks and behaviours in African countries. *Zoonoses and Public Health*, v. 63, n. 1, 2016, p. 21. Tradução minha. No original: “Unfortunately, this avian virus has already adapted to mammals: ferrets can be infected, and seropositive guinea pigs and cats have been found. In addition, reassortant viruses bind to a human-type receptor. Such facts are highly disturbing: a few additional mutations would suffice for the avian H5N1 virus to become fully adapted to humans – an event that could result in a pandemic.”



Não menos importante, há a questão que impregna a indústria avícola, e a pecuária enquanto negócio em geral, atinente ao sofrimento de animais não humanos vivendo em condições degradantes do nascimento à morte. Tratados sob a ótica da mercadoria, e não como seres sencientes, constituem objetos produtivos do início ao fim de suas existências. O próprio destroçamento físico dos cadáveres dos frangos, que podem chegar em pedaços irreconhecíveis para o consumo, representa uma tendência cultural que afastou sensibilidades empáticas à sua ingestão desmesurada em alguns países, como os Estados Unidos.¹¹¹

A filósofa belga Vinciane Despret chama a atenção para o processo do agronegócio de “apagar tudo o que poderia lembrar o animal vivo”, até mesmo a sua morte.¹¹² “A dissimulação do abate é evidente hoje em dia; os abatedouros desapareceram das cidades. Tudo o que poderia lembrar o animal vivo, o animal como ser, também desapareceu.”¹¹³ Em suma, os “traços mais reconhecíveis do que ele foi são disfarçados”.¹¹⁴ Trata-se, de acordo com ela, de apagar, “materialmente e na imaginação, a violência que conduziu tal transformação” de corpo vivo com penas em simples formas de cozimento ou corte (p. ex.: assado, filé, coxinha).¹¹⁵ Mesmo a noção de “industrialização da criação de animais” é um oxímoro que deve ser questionado, pois “esses animais não são mais *criados*, e sim *produzidos* como bens de consumo”¹¹⁶ em sociedades em que “nossas relações ditas normais com os animais” operam com “extrema brutalidade”.¹¹⁷ Neste sentido, prossegue a pensadora,

gosto da proposta de Jocelyne Porcher. Ela sugere que o animal que matamos, para comer ou por outras razões, e sobre o qual precisamos aprender a prestar contas de maneira responsável, é um *defunto*. Um defunto, não uma carcaça, quilos, um produto alimentício [...]. Um defunto cuja existência se prolonga, se não em nossas memórias, ao menos em nosso corpo. Resta aprender como fazer memória: aprender a “herdar na carne”, como propõe [Donna] Haraway,

¹¹¹ Se em 1960, 85% dos cadáveres dos frangos *broiler* norte-americanos eram vendidos completos, 13% em partes e 2% processados, em 1990 somente 18% deles acabavam comprados completos, ao passo que a proporção de cortados subira para 56% e a de processados chegara a 26%. Cf. SMIL, Václav. *¿Deberíamos comer carne? Evolución e consecuencias de la dieta carnívora moderna*. Trad. Ricardo Quintana Vallejo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2022, p. 120.

¹¹² DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?* Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 146.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Ibid., p. 148.

¹¹⁶ Ibid., p. 148. Grifos no original.

¹¹⁷ Ibid., p. 149-150.



aprender a fazer história juntos, espécies companheiras cujas existências estão a tal ponto enredadas que, uma e outra, elas vivem e morrem diferentemente.¹¹⁸

Para o filósofo camaronês Achille Mbembe, “a desordem climática em curso está nos forçando a olhar mais de perto essa ecologia terrestre de nossa existência, de modo a considerar com mais seriedade do que no passado esta questão de interesse em comum”.¹¹⁹ Não se trata de que “toda forma de vida, humana ou não, é ecológica”, mas que “a vida na Terra, assim como a democracia, é nossa última utopia”.¹²⁰ Uma “comunidade de vida”¹²¹ em que devemos “nos entender como uma única forma de vida entre muitas outras”.¹²² Diante disso, Mbembe apela para que, em vez de continuarmos a imaginar “futuros distópicos para a Terra”, nos forcemos a “imaginá-la de outra maneira”, levando “muito a sério a forma da Zona Crítica que habitamos com a miríade de vírus, bactérias, plantas, animais e outras formas de vida e, partir disso, reinventar formas de viver-em-comum”.¹²³

Organizamos nossas vidas dentro dos limites dessa zona que não somos os únicos a ocupar, uma vez que a compartilhamos com outras pessoas, outros grupos de plantas, de animais, e um amplo leque de outras formas de vida (bactérias, fungos, vírus etc.), todos criando as condições nas quais vivemos.¹²⁴

Que Moçambique, no seu primeiro cinquentenário republicano, também possa refletir sobre os futuros diante de si, aquilatando os benefícios da utopia da comunidade de vida.

¹¹⁸ Ibid., p. 150-151. Grifo no original.

¹¹⁹ MBEMBE, Achille. *Democracia como comunidade de vida*. Trad. Pedro Taam. São Paulo: n-1 edições, 2025, p. 11.

¹²⁰ Ibid., p. 12.

¹²¹ Ibid., p. 12. Grifo no original.

¹²² Ibid., p. 13.

¹²³ Ibid., p. 14.

¹²⁴ Ibid., p. 10.



Referências bibliográficas

Fontes primárias e documentos oficiais

A Tribuna, Lourenço Marques, n. 1370, ano IV, 20 jun.1967.

A Tribuna, Lourenço Marques, n. 1371, ano IV, 27 jun.1967.

COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE. Anais dos Serviços de Veterinária e Indústria Animal, n. 1. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1948.

MOÇAMBIQUE. Anuário de estatísticas agrárias, 2012-2014. Maputo: Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, 2015.

MOÇAMBIQUE. Boletim da República, 25 jun. 1975, I série, n. 1. Proclamação da Constituição da República Popular de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.

MOÇAMBIQUE. Boletim da República, 02 nov. 1990, I série, n. 44. República de Moçambique, Constituição. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.

MOÇAMBIQUE. Boletim da República, 22 dez. 2004, I série, n. 51. Constituição da República. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004.

MOÇAMBIQUE. Boletim de estatísticas pecuárias, 2012-2022. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural/Direcção Nacional de Desenvolvimento Pecuário, 2023.

PORTUGAL. Diário das Sessões, Assembleia Nacional, X Legislatura, sessão n.º 240, em 28 de março de 1973. Tempo, Maputo, n. 450, mai. 1979.

Referências

ALGUMAS províncias continuam a ressentir-se da falta de ovos e especulação de preços, Carta de Moçambique, 21 nov. 2023 [Online]. Disponível em: <https://cartamz.com/sociedade/3441/algumas-provincias-continuam-a-ressentir-se-da-falta-de-ovos-e-especulacao-de-precos/>. Acesso em 07 mai. 2025.

BASTOS, Mariana Nunes Pereira. Fome e colonialidade alimentar no Brasil. Mosaico, v. 14, n. 22, 2022, p. 341-354.

BELL, Donald D.; WEAVER, William D. (eds.). Commercial chicken meat and egg production. Boston: Springer, 2002.

BUCHILLI, Adelaide Florência. Papel da extensão rural no controlo da doença de Newcastle na galinha landim: caso de estudo do Distrito de Matutuine. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências Agrárias). Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Maputo, 2015.

CABAÇO, José Luís. Moçambique: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CASTRO, Josué de. Fome, um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro. 2.ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1983.

CHARBONNIER, Pierre. Abundância e liberdade: uma história ambiental das ideias políticas. Trad. Fabio Mascaro Querido. São Paulo: Boitempo, 2021.

CHIHANHE, Adriano Carlos; MANANZE, Sosdito Estevão; MACHAVA, Constantino Milagre. O agronegócio em Moçambique: um olhar sobre o passado, presente e perspectivas futuras. V Colóquio Nacional e I Internacional de Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal de Santa Maria – Campus Palmeira das Missões, 2022, p. 1-6.

DESPRET, Vinciane. O que diriam os animais? Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2021.

EMBE, José; ARADI, Gloria. Mozambique burns 45,000 hens as bird flu spreads from South Africa, BBC, Maputo e Nairóbi, 20 out. 2023 [Online]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-67166647>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FASINA, Folorunso Oludayo; NJAGE, Patrick Murigu Kamau; ALI, A. M. M.; YILMA, J. M.; BWALA, D. G.; RIVAS, Ariel L.; STEGEMAN, Arjan J. Development of disease-specific, context-specific surveillance models: avian influenza (H5N1)-related risks and behaviours in African countries. Zoonoses and Public Health, v. 63, n. 1, 2016, p. 20-33.

GABRIEL, Dário Paulo Alves. Direitos Africanos - Constituição e Organização Judiciária de Moçambique, artciencia.com, Revista de Arte, Ciência e Comunicação, ano 10, n. 17, mai.-dez. 2014, p. 1-12.



- GIMENEZ, Izabel. Gripe aviária: Moçambique abate 45 mil galinhas para conter doença, São Paulo, G1, 19 out. 2023 [Online]. Disponível em: <https://globo rural.globo.com/pecuaria/aves/noticia/2023/10/gripe-aviaria-mocambique-abate-45-mil-galinhas-para-conter-doenca.gh.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- GUSSULE, Milton Graciete Manuel de. Avaliação do comportamento térmico de pavilhões de produção de frangos em Moçambique. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônômica). Escola de Ciências e Tecnologias, Universidade de Évora, Évora, 2018.
- JEMUSSE, Constantino. Análise da Constituição da República de Moçambique 1975-90, 1990-2004 e 2004 à actualidade. 17 f. Licenciatura (Jornalismo). Universidade Eduardo Mondlane – Escola de Comunicação e Artes, Maputo, 2021.
- KALOF, Linda; FITZGERALD, Amy (eds.) The animals reader: the essential classics and contemporary writings. Oxford / Nova York: Berg, 2007.
- LUTXEQUE, Sítói. Moçambique quer ser líder mundial na produção de frango, Deutsche Welle, Nampula, 20 dez. 2016 [Online]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mocambique-quer-ser-lider-mundial-na-producao-de-frango/a-36845048>. Acesso em: 05 mai. 2025.
- MACHEL, Samora Moisés. "O desenvolvimento económico da África Austral é uma contribuição para o desenvolvimento da humanidade". In: A luta contra o subdesenvolvimento. Partido Frelimo: Maputo, 1983.
- MACORE, Sergio Alfredo. A auditoria às contas de resultado como instrumento de controlo da sustentabilidade financeira da empresa: caso da empresa da New Horizons Mozambique Lda. 44 f. Licenciatura (Gestão de Empresas). Universidade Pedagógica, Nampula, 2016.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo / Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2010.
- MBEMBE, Achille. Democracia como comunidade de vida. Trad. Pedro Taam. São Paulo: n-1 edições, 2025.
- MCGEE, Harold. Comida e cozinha: ciência e cultura da culinária. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- MOÇAMBIQUE, segundo maior criador de frangos na SADC, Rádio Moçambique, Maputo, 21 fev. 2022 [Online]. Disponível em: <https://www.rm.co.mz/mocambique-segundo-maior-criador-de-frangos-na-sadc/>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- MORAIS, Maria Perla Araújo. As autoridades tradicionais e a guerra civil moçambicana em Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane, Revista Mulemba, v. 14, n. 2, jul.-dez. 2016, p.111-126.
- MUIANGA, Aldino. Empresário coloca no cerco mais de 100 famílias em Gondola, O País, Maputo, 21 nov. 2017 [Online]. Disponível em: <https://opais.co.mz/empresario-coloca-no-cerco-mais-de-100-familias-em-gondola>. Acesso em: 05 mai. 2025.
- NICOLAU, Quintília da Conceição. Análise das transformações técnicas produtivas da avicultura de corte em Moçambique: do Estado estruturante ao liberalismo econômico. 196 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Jaboticabal/SP, 2008.
- NIJHOFF, Jan Joost; VERISSIMO, Patrick; ARLINDO, Pedro; BILA, Aniceto. "Desenvolver o setor agrícola". In: ROSS, Doris C. Moçambique em ascensão: construir um novo dia. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014.
- OLIVEIRA, Fátima Helena Azevedo de. Investigações terminológicas – termos de especialidade em receitas culinárias de Moçambique – África, Anais do XIX Encontro Nacional da ANPOLL, Maceió, 2004, p. 1167-1170.
- OPPEWAL, Jorrit; CRUZ, Alberto da; NHABINDE, Vasco. Estudo sectorial: cadeia de valor do frango em Moçambique. Ministério da Economia e Finanças/International Growth Centre: Maputo, 2016.
- POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.
- ROSÁRIO, Nelson Maria. Agricultura no regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Moçambique: uma breve análise e reflexão sobre a tipologia dos Agricultores, Revista NERA, n. 60, v. 24, set.-dez./2021, p. 226-249.
- ROSSI, Paolo. Comer: necessidade, desejo, obsessão. Trad. Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.



SCRANTON, Philip; SCHREPFER, Susan (eds.).
Industrializing organisms: introducing
evolutionary history. Nova York / Londres:
Routledge, 2004.

SMIL, Václav. ¿Deberíamos comer carne? Evolución e
consecuencias de la dieta carnívora moderna.
Trad. Ricardo Quintana Vallejo. Buenos Aires:
Fondo de Cultura Económica, 2022.

VALLE SOUZA, Caio Fabiano Lopes do. Mercadoria
ou comida? Plantação e contra-plantação no

colonialismo tardio em Moçambique. Rev.
Tempo, Espaço e Linguagem-TEL, v. 15, n. 02,
jul.-dez. 2024, p. 243-271.

VILANCULOS, Alfeu Jacinto; NHASSENGO,
Osvaldo; CAFÉ, Marcos Barcellos. A cadeia de
valor da carne de frango no estado de Goiás: uma
visão atual e algumas reflexões comparativas
sobre a produção de carne de frango em Chibuto
– Moçambique, Sociedade e Território, Natal, v.
27, n. 3, jul.-dez./2015, p. 79-94.

A hen of colonized eggs: Production and consumption of chicken-derived foods in Mozambique (circa 1960-2020)

Abstract: This article investigates the state incentives for large-scale chicken production observed in Mozambique between the throes of the colonial period and the decades following its independence. The hypothesis is based on an attempt to follow a global consumption trend driven by a food transition that began in North Atlantic countries in the mid-20th century. Such a movement does not dispense with harmful side effects: a significant increase in the suffering of non-human animals, concentration of capital controlled by a few private economic agents, depreciation of non-hegemonic eating habits, and multiplication of the risks of infectious diseases.

Keywords: Mozambique; independence; history of animals; history of food.

Recebido: julho/2025

Aprovado: novembro/2025.